

Considerações sobre o *revisionismo*: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira

Demian Bezerra de Melo

Mestre em História (UFF)

Doutorando em História (UFF)

Em sua *História dos homens*, Josep Fontana (2004, p.343-379) dedica todo um capítulo para discutir as “guerras da história”, que consistiriam e consistem nas rivalidades entre interpretações sobre o passado, em geral focadas em processos chaves na definição de épocas históricas. Um dos casos mais patentes é o da controvérsia sobre a Revolução francesa, desde que um anti-comunista da estirpe de François Furet “subiu ao poder” na vida universitária francesa nos anos de 1980 e propôs que a “Revolução havia terminado”. Como não é muito difícil de perceber, o propósito do revisionismo de Furet era a desqualificação do próprio conceito de “revolução”, com um manifesto intuito de evitar a eclosão destas. Analisando o assalto a este grande objeto da história moderna, Eric Hobsbawm (1996) ironizou o fato de Furet e seus epígonos terem, sob o pretexto de declarar a eternidade da sociedade liberal-burguesa, atacado as próprias interpretações burguesas para 1789, feitas por homens como François Guizot e consortes e que, em verdade, trouxeram à tona o próprio conceito de luta de classes que influenciou o pensamento de Marx e Engels.

Em outro trabalho relevante, Josep Fontana enunciou a hipótese de que toda análise do passado está calcada em um projeto social para o futuro (FONTANA, 1998), que o autor denomina de “economia política”.¹ Nesse sentido, é certo que às classes dominantes interessa uma certa leitura sobre o passado, que justifique suas posições confortáveis no presente. Não é difícil observar que o calor das revoluções assombrava os sonhos da burguesia francesa nos anos 1980, que acabava de viver o trauma de maio de 68. Sem falar na burguesia centrada nos EUA, o imperialismo hegemônico que também nos anos oitenta se debatia com a revolução social na América Latina, desde a vitória de Castro em Cuba e da eclosão de movimentos de luta armada na América Central. A mensagem de Furet parecia reconfortante ao conjunto das classes dominantes.

¹ É claro que o autor evoca a “economia política” como uma metáfora, já que a própria economia política, como nos mostra Marx tem sua própria visão sobre o passado e o futuro. Ver a *Introdução de 1857*.

Existem, no entanto, casos em que as razões do revisionismo histórico são mais patentes. Quando, na década de 1980 do último século, homens como Ernst Zundel e Paul Rassinier produziram obras “negacionistas” do holocausto de judeus em campos de concentração nazista, foi muito fácil identificar tal revisionismo como alimentado por posições políticas de extrema-direita e racistas.

Todavia, o movimento de revisão no campo da reflexão histórica não pode ser condenado *a priori*, constituindo um movimento saudável entre os historiadores toda a vez que surgem novas questões para iluminar o passado, a descoberta de novas fontes e o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas. Mas o que aqui chamamos de revisionismo tem manifesto conteúdo negativo, posto que seu propósito não é o de avançar o conhecimento histórico, mas o de produzir uma visão confortável para as classes dominantes sobre o passado histórico. Uma visão antes de tudo ideológica.

O revisionismo na historiografia brasileira

O propósito deste trabalho é abordar algumas idéias centrais que têm orientado a produção historiográfica brasileira nas últimas décadas. De uma forma geral, tal revisionismo é marcado não por uma tentativa de negar a existência de conflitos sociais na história brasileira – algo assim correria o risco de uma desmoralização evidente, em se tratando de um país de passado colonial-escravista, atravessado por conflitos até os dias atuais. O que informa, sim, tal produção, é a tentativa enquadrar tais conflitos em relações harmônicas entre as partes. Nesse sentido, para esta historiografia as contendas sociais sempre são resolvidas à maneira da dialética croceana, como “tranqüila teoria”;² conflitos que se resolvem sempre com negociação, conciliação e retorno da harmonização.

Com o intuito de apresentar tal revisionismo, serão discutidos de forma sucinta alguns dos temas caros à historiografia brasileira nos últimos tempos: escravidão, colônia, populismo, golpe de 1964 e ditadura.

Os debates sobre a escravidão e colônia

No que diz respeito aos debates sobre a escravidão, nossas considerações estão baseadas no trabalho de Diana Berman (2003), que mapeou as principais mudanças operadas na historiografia a partir de meados dos anos oitenta, as quais culminaram na

² Utilizo aqui a leitura de Bianchi (2008) para o pensamento do pensador napolitano, presente em seu trabalho sobre Gramsci e os *Quaderni del carcere*.

cristalização de uma interpretação culturalista, indeterminista e, em suma, pós-moderna, que visava apresentar uma imagem da escravidão como um pacto entre senhores e escravos. Partindo da crítica feita por Gorender (1991) a tal historiografia, Berman demonstrou como esta “novíssima historiografia” busca legitimar-se fazendo uma caricatura dos debates seminais sobre o “sentido da colonização”, proposto por Caio Prado Jr. e seguido pela escola de Fernando Novais, e do “modo de produção escravista colonial”, teorizado por Gorender e Ciro Cardoso, a partir de uma negação ontológica da possibilidade de compreensão geral do processo histórico informada pelos ares da crítica pós-moderna. No que diz respeito ao tema do conflito social, esta nova historiografia sobre a escravidão apresenta-a como um “lugar de contradições” que, à maneira da dialética croceana, resolvia-se como “tranqüila teoria”. Em suma, os conflitos presentes naquela sociedade eram sempre resolvidos de forma conciliatória, sendo impossível em tal sistema – se é que é possível a esta historiografia falar de algo sistêmico – entrar em um processo de crise estrutural (se é também possível a esta historiografia falar de algo estrutural), possibilitando sua transformação em algo diverso. Comentando o trabalho de Silva Lara (1995), representativa desta nova corrente, Berman conclui que:

“(…) se toda a ação política do escravo pode ser absorvida pelas malhas do sistema e se a ação senhorial se orienta no sentido de preservar a relação escravista de produção, e se não podemos falar, por exemplo, em capitalismo por ser um termo demasiadamente genérico, devemos deduzir que aquela sociedade deveria ter se reproduzido *ad infinitum* – a menos que se proponha outra explicação para o processo de transformação desta sociedade. A análise de Silvia Lara apresenta a escravidão como um processo contínuo e contraditório de disputa e acomodação, onde as contradições deste sistema resolvem-se nele próprio.” (BERMAN, 2003: 71-72)

Existe um aspecto importante apontado pela autora para a controvérsia em torno deste tema e que, como veremos, será comum a outros debates historiográficos recentes, que é a contraposição teoria *versus* empiria. Seria, segundo os novos historiadores, a historiografia tradicional (sic) marcada por um viés teorizante – de onde se tira sua “pretensão totalizante” – em contraposição aos “novos historiadores”, que através de trabalhos empíricos mais consistentes estariam desconstruindo o paradigma historiográfico anterior. Trata-se, como é sabido, de uma hipótese cara à perspectiva pós-moderna, calcada no axioma da impossibilidade de qualquer teoria generalizante

sobre a realidade histórico-social. Por sinal uma hipótese temerária e desprovida de comprovação empírica.

Discutindo o trabalho de outra nova historiadora da escravidão, Sheila de Castro Faria, Berman (73-77) vê o ápice de uma concepção empiricista e por isto mesmo positivista do conhecimento histórico, já que a possibilidade de construção de modelos generalizantes está vetada e qualquer aspecto geral só é possível de ser enunciado com base na empiria. Seria assim tomada uma oposição total – e por que não, metafísica – entre teoria história e filosofia. Cito:

“O processo cognitivo é visto assim de maneira mecânica, eliminando-se a possibilidade de uma construção dialética ao se considerar pesquisa e teorização dois momentos separados da produção do conhecimento. Uma vez que não há hipóteses explícitas a nortearem o trabalho de pesquisa, sua realização se encontra garantida pelo domínio de métodos e técnicas que constituem o *métier* do historiador.” (*Idem*: 76)

De qualquer modo, como não é difícil de perceber, o debate sobre a escravidão colonial acaba por ser atravessado por outro de natureza mais geral, a saber, sobre o próprio período colonial. Quando, nos anos 1970, historiadores como Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender criticaram a hipótese de Caio Prado Jr. e de seguidores como Fernando Novais por se aterem apenas ao aspecto interligado da economia colonial em relação à metrópole, elaborando o conceito seminal de “escravismo colonial” para discutir a dinâmica interna da sociedade brasileira, em hipótese nenhuma sugeriram a inexistência de um vínculo de dependência. A crítica ao aspecto circulacionista das teses caiopradianas avançava na compreensão da dinâmica interna da colônia a partir do processo produtivo, mas é preciso lembrar que o caráter colonial (e dependente) de tal sociedade nunca foi negado. Tínhamos então um avanço considerável na análise do passado histórico do Brasil, que acabava por ajudar a compreender as fortes continuidades da formação social do país em face da entrada no capitalismo na época histórica do imperialismo. Neste sentido, embora problematisassem algumas das teses que informaram a chamada “teoria da dependência”, de nenhuma forma Cardoso e Gorender tinham o propósito de negar o caráter dependente da economia brasileira.

No entanto, nos anos 1990, a partir da influência de trabalhos de historiadores como Stern (1988), Wesseling (1992) e Garavaglia (1991), historiadores como João Fragoso (2002) passaram a relativizar categorias como “dominação” e “exploração” da colônia pela metrópole, e o próprio caráter colonial do passado brasileiro passou a ser colocado em xeque. O próprio conceito de “Absolutismo”, forma como

tradicionalmente o Estado europeu era entendido na época moderna – e que corresponde ao período colonial do Brasil –, passou ser questionado, sendo enfatizadas negociações entre o poder central e as elites regionais/locais nos países europeus. Em um balanço da produção da história econômica nos últimos anos, Fragoso assim apresenta a mudança operada, em trecho que resume o sentido da atual historiografia:

“As relações entre colônia-metrópole passaram a ser percebidas como resultado de negociações, posto que entre elas deviam existir canais de entendimento e não simplesmente de subordinação, como pretendem os velhos quadros explicativos.” (FRAGOSO, 2002, p.28).

Nesse sentido, não é de surpreender que o mesmo historiador em recente entrevista a revista *Isto É* (13/03/2008) tenha respondido a pergunta sobre a existência de uma “dominação cordial no Brasil” nos seguintes termos:

“Não. Dominação nunca é cordial. Ela pressupõe tensão, embates. Conseqüentemente, a cordialidade está fora do jogo. O que eu digo é que houve uma cumplicidade, que o escravo também foi responsável pela escravidão, assim como o senhor o foi, assim como todas as pessoas que viveram naquela sociedade. Não tem vítima. Uma figura pode ser vítima, mas um grupo social, não. Isso seria tirar a capacidade dos escravos de fazer sua própria história. A idéia de vítima é mal aplicada; essa imagem começou a ser elaborada a partir da Revolução Francesa. Na França do século XVIII, tínhamos 14 milhões de camponeses. Posso dizer que eram todos vítimas nas mãos de meia dúzia? O mesmo acontece na contraposição atual entre elites e excluídos. Este é um país democrático, o Congresso foi eleito democraticamente. Não há vítimas.”

Em seguida, perguntado sobre a possibilidade dos oprimidos moldarem seu próprio destino, afirmou:

“Com certeza. Nossa sociedade tem de assumir os próprios acertos e erros. Nós e a elite somos cúmplices de nossa história. Há tensões, mas como cidadão não posso me eximir de responsabilidade e culpar apenas as elites pelo estado em que este país se encontra. Nós somos agentes, e não vítimas, da situação. Não significa que a sociedade não tenha uma hierarquia, que não haja diferenças, mas, dentro desse cenário, temos um espaço de ação. Temos a possibilidade de construção e transformação.”

Por fim, cabe apenas realizar sucintas considerações sobre tal entrevista. Nesta, o historiador carioca acusa o marxismo de ter prejudicado o estudo sobre as elites no Brasil, uma acusação no mínimo infundada, já que o marxismo não trabalha com categorias como “elite” e “povo”, e sim classes sociais. Mas se quisermos ser benevolentes e assimilarmos o conceito de “elite” como similar ao de classes dominantes, sua afirmativa continua sendo falsa. Por fim, tanto em declarações como

estas de Fragoso, como em similares, parte-se de um pressuposto enganoso segundo o qual o marxismo teria predominado nas universidades brasileiras nos anos de 1970. É penoso ter de lembrar que nos anos 1970 o Brasil vivia uma férrea ditadura apoiada pelo imperialismo norte-americano e pela burguesia associada no Brasil, em que as esquerdas, também nas universidades, estavam excluídas da vida nacional. Estamos falando do Brasil, e não de uma ditadura no Leste europeu, ou no Camboja sob Pol Pot...

Sobre tal assunto, cabe citar uma arguta consideração feita por Ciro Flamarion Cardoso em sua polêmica com as teorias pós-modernas, que de certa forma se relaciona com o fenômeno do revisionismo, posto que este tem manifesto conteúdo anti-marxista:

“Marxismo, existencialismo, fenomenologia e psicanálise (ou sua mescla em proporções variáveis) nunca dominaram o *establishment* intelectual, na França ou alhures no Ocidente: mas constituíam núcleos de uma oposição teórica de grande prestígio ao *status quo* social e acadêmico.” (CARDOSO, 2005, p.78)

Esta consideração tem muito haver com a forma como a influência do marxismo é retratada pelos historiadores revisionistas, que tendem a apresentá-lo como uma teoria que predominou de forma “totalitária” nas universidades brasileiras e que bloqueou a possibilidade de outras teorias sociais se fazerem presentes na vida acadêmica. O que certamente é verdade é o fato de que muito da produção acadêmica brasileira recebeu a influência do materialismo histórico a partir da segunda metade do século XX, com grande presença em trabalhos de pessoas como Florestan Fernandes e seus discípulos, sendo influente até hoje em muitos campos do saber, incluindo na própria historiografia.³ Mas daí a concluir que o marxismo foi hegemônico nos anos 1970 não é prudente.

O debate sobre o populismo

De uma forma muito similar à da nova historiografia sobre escravidão e o período colonial, tem-se o enunciado da crítica ao conceito de populismo a partir do final dos anos 1990. Se bem que a origem da crítica a tal conceito remeta ao trabalho de Ângela de Castro Gomes (1988), é com a publicação da obra coletiva *O populismo e*

³ Sobre o marxismo no campo da História, cabe lembrar a iniciativa de constituição de um GT temático na ANPUH desde 2005, que desde esse ano tem sido extremamente concorrido. Sobre uma referência mais geral às ciências humanas tem sido relevante o trabalho do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da Unicamp, que a cada dois anos promove um colóquio de caráter internacional, estando sendo preparada sua IV edição para o final de 2009.

sua história, organizada por Jorge Ferreira (2001), que podemos localizar um ataque sistemático ao conceito. Mas afinal, porque negar o conceito de populismo como fenômeno político que marcou o período republicano brasileiro de 1930-64?

Criticando a interpretação algo funcionalista do fenômeno feita pelos cientistas políticos argentinos Gino Germani e Torcuato di Tella, que viam o populismo como um “desvio” no processo de transição da sociedade tradicional para a moderna na América Latina, Otávio Ianni e Francisco Weffort acusaram esses autores de *evolucionistas* e advogaram historicidade própria às sociedades latino-americanas. No entanto, estes últimos resignificaram tal categoria, e o populismo passou a ser entendido como a forma particular como se deu a constituição da modernidade burguesa no Brasil, caminho também trilhado por outras formações sociais latino-americanas, como a Argentina sob Perón e o México sob o general Cárdenas.

Em um primeiro olhar, a crítica feita por Gomes e Ferreira ao conceito de populismo centra-se numa suposta passividade dos trabalhadores que teriam aderido aos líderes populistas abrindo mão de seu próprio projeto de classe. Em vez de um problema na consciência de classe dos trabalhadores, como sugere o paradigma de Ianni e Weffort, ao pactuar com Vargas, os trabalhadores brasileiros teriam apresentado uma autêntica consciência classista, expressa no que chamam de “trabalhismo” (GOMES, 1988; GOMES, 2001; FERREIRA, 2001). Segundo Gomes, seguindo as sugestões teóricas da escolha racional de Adam Przeworski (1995) para a história da social-democracia européia, os trabalhadores brasileiros teriam feito “escolhas” a partir de um “campo de possibilidades” que resultaram na conformação de acordo com o Estado, dando origem ao “trabalhismo”. Um acordo entre atores “desiguais”, diga-se de passagem, mas com a dificuldade de tratar o próprio Estado como um sujeito. Já em Ferreira, tal revisionismo avança para uma idéia de que “as partes, Estado e classe trabalhadora, identificam interesses comuns” (FERREIRA, 2001, p.103). Opinião idêntica é encontrada em outro cultor deste revisionismo, Daniel Aarão Reis, para quem, em vez de populismo, o período varguista teria sido marcado por uma “cornucópia” de interesses entre os trabalhadores e o Estado (REIS, 2001, p.345).

Por outro lado, os estudos recentes sobre a história do trabalho têm mostrado serem falhas as imagens de passividade atribuída aos trabalhadores no período entre 1930-1964. Um exemplo é o trabalho de Marcelo Badaró Mattos sobre o sindicalismo carioca (1998), que no período de meados dos anos cinquenta até o golpe de 1964 encontrou uma série de “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho

e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas” (*Idem*, p.219), portanto em contraste com as formulações sobre o “sindicalismo populista” feitas por Weffort. Todavia, pelos limites que nos propomos neste trabalho, cabe apenas comentar que a revisão do conceito de populismo tem sido em muitos casos guiada por viés claramente conservador (CALIL, 2007, p.27), cujo propósito tem sido nada mais que uma positivação do padrão de relações entre as classes sociais no período, tendo sido negligenciadas as formas autoritárias e violentas com que as relações entre as classes se processaram naquele momento histórico, seja em sua fase mais claramente “bonapartista” (1937-1945), seja no período liberal (1945-1964). Sobre este ponto, cabe lembrar o comentário feito também por Marcelo Badaró Mattos, autor que, como vimos, critica a mesma noção de passividade dos trabalhadores nas interpretações clássicas do populismo, mas observa que estes historiadores revisionistas acabam

“por enredar-se na mesma polarização política da época, embora no pólo oposto, ao defender abertamente os argumentos usados pelos ‘acusados’ de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada dos trabalhadores na cena política.” (MATTOS, 2003, p.28-29)

Outro problema encontrado nesta revisão é decorrente de, no afã de valorizar aquela experiência histórica dos trabalhadores brasileiros, isentar-se de discutir os limites da mesma. Sobre este ponto, Virgínia Fontes pronunciou o seguinte comentário sobre o trabalho de Ângela de Castro Gomes:

“O louvável intuito redundava, entretanto, em outra dificuldade, ao valorizar positivamente o que antes era criticado como “passividade”, agora traduzia numa espécie de “consciência possível” e, portanto, desejável, dos trabalhadores brasileiros, expressa no trabalhismo.” (FONTES, 2005, p.211)

Assim, o que antes era entendido como exemplo de “limites” ao desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros é agora *positivado*, como “estratégias da classe trabalhadora”, “estratégias” estas que não visavam, de nenhum modo, superar o estranhamento das relações capitalistas. Como se a condição de trabalhador na

sociedade capitalista fosse algo “feliz”.⁴ Com este esquecimento, instituiu-se um populismo *na* historiografia brasileira (ou seria *da* historiografia brasileira?), que, do ponto de vista da valorização da conciliação de classes, formula uma interpretação de natureza análoga aos revisionismos discutidos acima.

O golpe de 64 e a ditadura: a apoteose do revisionismo

Não é de estranhar que, em se tratando de escrever sobre um dos eventos mais trágicos da história recente do Brasil, o golpe de 1964, o espírito do revisionismo viesse à tona. Após compor uma visão do passado histórico brasileiro em que escravos e senhores, colônia e metrópole, trabalhadores, patrões e Estado são todos sujeitos que acabam por resolver seus conflitos de forma harmônica, encontrando interesses em comum, não poderia ser outra a forma de entendimento proposta por esta nova historiografia para o golpe de 1964 e para a ditadura senão a de que se tratou de uma “construção histórica da sociedade brasileira”. Corrijo, de *toda* a sociedade brasileira. E é com tais palavras que um dos principais protagonistas desta nova história da República brasileira, Daniel Aarão Reis, define estes processos.

Em outro lugar já tivemos a oportunidade de criticar o caráter conservador de tal historiografia sobre o golpe de 1964 (MELO, 2005; MELO, 2006), e tendo isto em vista, cabe agora apenas um sucinto comentário sobre o tema. O marco inicial de tal revisão é o trabalho de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas?* (1993), em que a autora defende a idéia de que a radicalização política da esquerda inviabilizou a combinação daquela democracia com reformas sociais, opondo “democracia” a “reformas”. Em polêmica explícita ao trabalho seminal de René Dreifuss (1981), a quem a autora acusa de “conspiracionista”, Figueiredo chega às raias do insólito ao dizer que tanto o núcleo duro da conspiração anti-Jango (o IPES) quanto o Partido Comunista concordavam com a proposta de reforma agrária (FIGUEIREDO, 1993, p.194), ficando no ar a idéia de que aos dois faltou apenas “disposição” para conciliar seus pontos de vistas e chegar a algum acordo, preservando a democracia. Infelizmente, lamenta a autora, tanto a esquerda quanto a direita possuíam uma “visão instrumental da democracia”, levando a que os grupos esquerdistas buscassem as reformas “mesmo que ao custo da democracia”, enquanto a direita sempre esteve disposta a quebrar as regras

⁴ Este debate remete pelo menos a elaborações de juventude de Marx sobre o proletariado como a classe que encarna em si, como negatividade, todas as opressões do gênero humano. Ver a *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Os manuscritos econômicos e filosóficos*, ambos de 1844.

democráticas (*Idem*, p.202). Assim, formou-se um consenso negativo quanto a democracia e por isso veio o golpe. Observe-se que, até então, os trabalhos mais densos sobre o golpe – como o caso de Dreifuss, mas também o de Moniz Bandeira (1978) – estavam interessados em compreender a conspiração que resultou no golpe de Estado, as forças políticas, e, principalmente, as classes sociais envolvidas. No caso de Argelina Figueiredo desloca-se o foco para enfim culpabilizar todos os atores políticos igualmente pelo golpe.

De qualquer modo, ainda era possível observar no trabalho de Figueiredo a idéia de que, sendo possível ou não preservar aquelas instituições, era certo que o regime político estava em crise. Isto começa a mudar sensivelmente quando da edição do trabalho de Antônio Lavareda (1991),⁵ onde o autor defende a hipótese de que aquele sistema político-partidário no início dos anos 1960, ao invés de estar em crise (como era consensual na análise histórica), estava “em processo de consolidação”. Para Lavareda,

“o sistema em questão, na sua etapa final, ao contrário de encontrar-se experimentando o estertor da desinstitucionalização, estaria em processo de implantação e consolidação, isto é, cumprindo de modo cada vez mais efetivo o primeiro princípio básico de qualquer sistema partidário democrático, que é o de imprimir organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais.” (LAVAREDA, 1991, p.97)

Combinados à revisão do conceito de populismo, os trabalhos de Figueiredo e Lavareda produziram o atual revisionismo sobre o golpe de 1964, que levanta as seguintes teses: 1) não havia crise no regime democrático, e 2) os atores políticos relevantes não “tinham amor” pela democracia – em síntese, eram todos golpistas.

No início dos anos 2000, os historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis foram os principais divulgadores destas teses revisionistas (FERREIRA, 2003; AARÃO REIS, 2000; AARÃO REIS, 2001). Também neste período, em que se “comemoravam” os quarenta anos do golpe de Estado, surgiu com uma repercussão inacreditável o trabalho de Marco Antônio Villa (2004), historiador da Universidade Federal de São Carlos e ligado ao Instituto Teotônio Vilela, do PSDB. Enquanto Ferreira e Reis estão interessados em valorizar os quadros políticos do trabalhismo varguista, Villa, ao contrário, parece ter um problema pessoal com Jango, Brizola e consortes. Mas, por mais paradoxal que seja, os trabalhos de todos estes autores acabam convergindo no

⁵ A questão da edição é importante, pois o trabalho de Argelina Figueiredo citado consistiu numa tese de doutorado escrita entre 1986-1987 na Universidade de Chicago, mas só foi editado no Brasil em 1993. Já o trabalho de Lavareda, embora escrito posteriormente ao de Figueiredo, foi editado em 1991.

mesmo tipo de revisionismo, embora com nuances e coloridos diferentes entre eles. Nos debates que se seguiram por volta dos quarenta anos do golpe, Villa fez um comentário que é uma síntese do revisionismo corrente:

“O que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango, no caso para continuar no poder. Tanto é assim que o golpe veio.”(*Folha de S. Paulo*, 13 de março de 2004).

Embora portador de um certo “carinho” em relação às figuras históricas de Jango e Brizola, Ferreira acabou corroborando com a tese de Villa,⁶ como pode ser apreendido do trecho que segue, referente à liderança de Brizola no pré-golpe:

“Muitas interpretações, com tendências a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e ter provocado o golpe militar. Seu radicalismo, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto o caminho para a sua deposição.⁷ Ora, analisando os componentes da FMP [Frente de Mobilização Popular],⁸ ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu Brizola como líder do movimento.⁹ Naquele momento, ele interpretava as suas idéias, crenças e projetos e, exatamente por isso, teve sua liderança reconhecida. Se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional.” (FERREIRA, 2003, p.356).

O trecho acima é exemplar de uma série de posturas típicas do revisionismo, a começar pelo fato de identificar “revolução” com “golpe de Estado”, aliás como fizeram os próprios golpistas em 1º de abril de 1964, que apelidaram seu próprio ato de “revolução”.

A tese de Ferreira é a de que, repetindo o argumento de Argelina Figueiredo, a radicalização da esquerda, que resolveu adotar a “estratégia do confronto”, produziu um “consenso negativo” em relação à democracia. A direita que conspirou e efetuou o golpe de Estado é uma estranha ausente em sua narrativa, figurando apenas em movimentos reativos à radicalização da esquerda. Como se pode apreender, Ferreira não

⁶ Que ao contrário de Ferreira considerava Jango um “banana”. Ver *Folha de S. Paulo*, 8 de janeiro de 2001.

⁷ Mas esta é justamente a hipótese defendida pelo próprio Ferreira neste mesmo texto!

⁸ Organização surgida em 1963 que congregava as principais entidades sindicais e populares do período.

⁹ Trata-se de uma consideração temerária e exagerada, sendo mais plausível observar um quadro de grande fragmentação nas esquerdas no pré-64.

inova muito em relação a Figueiredo, exceto em alguns trechos quando ensaia um vôo próprio e produz pérolas como esta: “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos silenciosa.” (*Idem*, p.400), o que seria uma reedição mal feita da tese do “povo bestializado” durante a proclamação da República (MATTOS, 2008, p.252).

Os últimos acontecimentos envolvendo um escandaloso editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, que em meio a uma tradicional crítica ao governo Chávez qualificou a ditadura militar implantada em 1964 de “ditabranda”, reacendeu o debate sobre o revisionismo histórico. Não por acaso, o mais caricatural de todos os revisionistas, Marco Antônio Villa, apareceu para dar sua opinião, defendendo a idéia de que entre 1964 e 1968 não se vivia uma ditadura, e que esta, na verdade, acabou em 1979 com a lei de anistia e a reforma partidária. Além do mais, nos conta o distinto historiador, a ditadura trouxe progresso para o país, com a construção de grandes estatais, universidades públicas e instituições de fomento.¹⁰ Sobre a periodização, a idéia de que entre 1964 e 1968 não se teria ainda uma ditadura não é nenhuma novidade, muito menos quando este afirma que de 1979 em diante já não viveríamos num regime de exceção. Daniel Aarão Reis, em seu pequeno livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, sugere a mesma periodização quando enfatiza a importância da revogação do AI-5 em 1979 e a aprovação da lei da Anistia no mesmo ano, que, segundo o autor, teria extinto o “estado de exceção” (2000, p.11). Se a grande característica do regime discricionário era o AI-5, porque estão não endossar a idéia de que a ditadura mesmo foi iniciada só em 1968? Seguindo tal periodização, Aarão Reis no mesmo texto considera que o governo Geisel (1974-1979) foi o último da ditadura (*Idem*, p.62).¹¹

As idéias e teses de Daniel Aarão Reis sobre a luta armada contra a ditadura militar mereceriam um texto à parte, já que certamente envolvem desde o fenômeno do transformismo conceituado por Gramsci, até discussões do campo da psicanálise. Entretanto, não deixa de ser curioso o fato de suas teses terem tido ampla repercussão em textos escritos por militares saudosos dos anos de chumbo (ver a *Revista do Clube Militar*, abril de 2008). Mas isto seria muito óbvio. Mais interessante é observar como a

¹⁰ Por acaso Villa já ouviu falar da categoria “modernização conservadora”?

¹¹ Há alguns anos, o Prof. Renato Lemos do departamento de História da UFRJ, vem insistindo na crítica à nova periodização proposta por Aarão Reis. Para Lemos, o AI-5 não significou a instauração de um novo regime ditatorial, mas o coroamento de um processo de institucionalização do regime surgido com o golpe de 1964. Por outro lado, o pesquisador tem enfatizado que é temerário supor que o regime ditatorial tenha se extinto com a revogação do AI-5, lembrando que este ato jurídico foi acompanhado por uma série de medidas que mantinham prerrogativas discricionárias do poder estatal. (LEMOS, 2002).

grande imprensa do país, particularmente a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, discutiu os quarenta anos do golpe e encontrou na tese de Daniel Aarão Reis, de um golpe e uma ditadura feitos por toda a sociedade, uma forma confortável para os que hoje se apresentam como paladinos da democracia e que, na verdade, no início dos anos sessenta estavam envolvidos até a medula com a conspiração golpista (Ver DREIFUSS, op. cit.). Olhando pra trás, a esta imprensa só resta nos dizer que “nos anos sessenta era tudo uma loucura”...

Conclusão

O que está em jogo na historiografia brasileira é algo muito maior do que uma interpretação correta sobre o golpe de 1964 e a ditadura, ou sobre escravidão, populismo etc. Trata-se de pensar como os historiadores têm escrito sobre um passado de uma sociedade secularmente desigual e conflagrada por conflitos classistas e escolher entre retratá-la como um espaço onde os sujeitos fazem suas escolhas e negociam, ou em que relações como dominação, opressão e principalmente exploração constituem processos que determinam tais escolhas, e em muitos casos simplesmente as impedem.

Como tentei apresentar, o revisionismo disseminado em vários temas da historiografia brasileira está produzindo sua própria visão do passado a partir de uma “economia política”, para retomarmos Fontana, claramente conservadora e interessada em apresentar a conciliação dos conflitos sociais como o melhor dos mundos possíveis. Neste caso, é tarefa dos historiadores críticos combater tais teses e produzir uma outra história tendo em vista não a conciliação social, mas a emancipação humana.

Bibliografia

- BERMAN, Diana. *A produção do novo e do velho na historiografia brasileira: debates sobre escravidão*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2003.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- CALIL, Gilberto. “O Populismo e Hegemonia Burguesa na América Latina.” *História & Luta de Classes*. Ano 3, nº 4, julho de 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “Epistemologia pós-moderna e conhecimento: visão de um historiador.” In. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” In. FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.
- _____. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política de 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FONTANA, Josep. *História, análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- _____. *História dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.
- FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005, p.201-232.
- FRAGOSO, João. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil.” *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.29, p.3-28, 2002.
- _____. Entrevista à revista Isto É. 13/03/2008.
- GARAVAGLIA, Juan. “El mercado interno colonial a fines del siglo XVIII: Mexico y el Peru.” In. BONILLA, Heraclio (org.). *El sistema colonial em la America Española*. Barcelona: Critica, 1991, p.218-238.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito.” In. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.17-57.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.
- LEMONS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964.” *Topoi*, n. 5, p. 287-313, set. 2002.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ. 2003.
- _____. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, n.55, p.245-263, 2008.
- MELO, Demian. *A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964*. (Monografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- _____. “A miséria da historiografia.” *Outubro*, n.14, p.111-130, 2006.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In. FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.
- STERN, J. Steve. “Feudalism, capitalism and the world-system in the perspective of Latin América and the Caribbean.” *American Historical Review*, v.33, n.43, 1988.
- VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil*. Porto Alegre: Globo, 2004.
- WESSELING, Henk. “História do além-mar.” In. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, p.97-131.